

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL**

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

**Processo nº:** 0011896-40.2013.8.26.0566  
**Classe - Assunto** Procedimento Ordinário - Seguro  
**Requerente:** Maikon Aparecido Cavalette  
**Requerido:** Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

O autor Maikon Aparecido Cavalette propôs a presente ação de cobrança securitária – DPVAT – Invalidez Permanente decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) contra a ré Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, alegando em síntese que, decorrente de acidente de trânsito, o autor sofreu lesões de natureza grave, sendo devida, por este motivo, o recebimento da indenização por invalidez permanente no valor de R\$ 13.500,00, devidamente corrigidos e com a incidência de juros contados da data do evento; custas e despesas processuais; honorários advocatícios fixados em 20% e, se necessário, perícia médica do autor.

A ré foi citada às folhas 19, contudo não ofereceu resposta (fls. 20).

Perícia médica às fls. 36/40.

Manifestação do autor acerca do laudo pericial às fls. 43/53.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A questão da revelia, reiterada pelo patrono do autor às fls. 43/53 destes autos já foi objeto de apreciação no despacho saneador proferido às fls. 22/24.

**0011896-40.2013.8.26.0566 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Quanto ao pedido, é procedente. Verifico que o laudo pericial judicial é conclusivo ao atestar que o autor, de fato, sofreu um acidente de trânsito, que culminou em sequelas permanentes, com evidência de fratura luxação de coluna cervical C5 e C6, restando incapacidade parcial e permanente para atividade habitual.

Complementou, ainda, o expert: “Há dano patrimonial físico sequelar estimado em 6,25% em analogia a Tabela DPVAT (25% de 25% pela perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral – fls. 40 do laudo)”.

Assim sendo, torna-se certo que o autor faz jus à indenização pleiteada.

No que diz respeito ao *quantum* indenizatório, compreende-se que o valor da indenização varia em relação ao grau da intensidade da invalidez, sendo que o valor máximo a ser pago tendo-se em conta a tabela SUSEP é de R\$ 13.500,00.

No presente caso, levando-se em conta as sequelas que acometeram o autor no caso em tela (vide fls. 40), a indenização a que faz jus o autor é de 6,25% do valor máximo da referida tabela, o que corresponde à R\$ 843,75.

Por derradeiro, quanto à questão da correção monetária, temos que ela deve expressar o verdadeiro valor da moeda, devendo tomar como termo inicial o momento em que o pagamento deveria ter sido feito, sendo devidos os juros de mora a partir da citação.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, condenando a ré a pagar ao autor a quantia equivalente a R\$843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), atualizada monetariamente com base na Tabela Prática para Atualização de Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo a partir da data do acidente, e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados a partir da citação. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados

**0011896-40.2013.8.26.0566 - lauda 2**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL**

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. S. C., 18/03/2015 Alex Ricardo dos Santos Tavares.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**